

Vulnerabilidade Educacional na Educação Infantil: Um Problema de Políticas Públicas

Educational Vulnerability in Children Education: A Problem of Public Policies

Wallace Rodrigues¹

Universidade Federal do Tocantins

Resumo: Este trabalho busca focar na vulnerabilidade educacional das crianças da primeira infância, no âmbito da educação infantil. No Brasil a educação infantil ainda não atinge a toda a população de crianças que dela necessita. Nossos estudos mostram que um dos problemas mais recorrentes é a falta de vagas nas áreas mais vulneráveis socialmente, acarretando uma exclusão das crianças, desde de tenra idade, dos ambientes educacionais. Verificamos, ainda, ser esse um grave problema brasileiro de políticas públicas educacionais.

Palavras-chave: Políticas públicas; Educação infantil; Vulnerabilidade.

Abstract: This paper seeks to focus on the educational vulnerability of children in the context of early childhood education. In Brazil, child education does not yet reach the entire population of children who need it. Our studies show that one of the most recurrent problems is the lack of places in the most socially vulnerable areas, leading to the exclusion of children at an early age from educational environments. We also verified that this is a serious Brazilian problem of public educational policies.

Keywords: Public policies; Infantile education; Vulnerability.

Introdução

Nossas pesquisas no Mestrado em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais (PPGDire), na Universidade Federal do Tocantins – UFT, campus de Araguaína, nos levaram a pesquisar sobre a vulnerabilidade educacional em certas etapas de escolarização no Brasil. Assim, nossa pesquisa em relação à vulnerabilidade educacional se deparou com a falta de oferta de vagas já na educação infantil, levando-nos a buscar os porquês de tal fato e encontrando outros novos.

¹ Doutor em Humanidades, mestre em Estudos Latino-Americanos e Ameríndios e mestre em História da Arte Moderna e Contemporânea pela Universiteit Leiden (Países Baixos). Pós-graduado (lato sensu) em Educação Infantil pelo Centro Universitário Barão de Mauá - SP. Licenciado pleno em Educação Artística pela UERJ e com complementação pedagógica em Pedagogia. Professor Adjunto da Universidade Federal do Tocantins (UFT). Docente do Programa de Pós-Graduação em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais (PPGDire) e da Pós-Graduação em Ensino de Língua e Literatura (PPGL). Pesquisador no grupo de pesquisa Grupo de Estudos do Sentido - Tocantins - GESTO, da Universidade Federal do Tocantins – UFT.

Notamos a importância de tal pesquisa para mobilizar a população em torno de políticas públicas específicas na área da educação e voltadas para a primeira infância. As razões da preferência por esse tema devem-se a nosso reconhecimento da necessidade de uma educação de qualidade desde muito cedo.

O objetivo desse trabalho é, portanto, deixar ver às pessoas a precariedade das condições educacionais a que estão relegadas as crianças brasileiras que necessitam de educação infantil pública, gratuita e de qualidade. Isso para que todas as pessoas envolvidas com a educação infantil cobrem ações políticas de seus governantes em relação a esse problema ainda recorrente.

Educação infantil e suas vulnerabilidades

Começamos por informar que o método científico adotado foi a revisão sistemática da literatura das áreas pesquisadas, caracterizando um trabalho de cunho bibliográfico. Buscamos referenciar uma bibliografia que nos embasasse sobre o tema pesquisa, analisamos tal bibliografia e chegamos a um resultado qualitativo, formulando hipóteses para a solução do problema pesquisado.

Apresentamos, inicialmente, os principais conceitos referentes a esse trabalho de pesquisa, sendo estes: políticas públicas educacionais, educação infantil e vulnerabilidade educacional. Tais conceitos são os mais importantes para compreender nossa pesquisa.

Políticas públicas educacionais podem ser definidas como aquilo que um governo escolhe ou não fazer na área educacional, de acordo com o professor Adão Francisco de Oliveira (2010), quando expandindo o conceito de políticas públicas de Thomas Dye. Assim, as ações e omissões de um governo em relação à educação de seus governados podem ser consideradas relevantes nos estudos de políticas públicas educacionais.

Mas por que nossa preocupação em pesquisar sobre vulnerabilidades referentes à educação infantil? Porque acreditamos que essa fase escolar seja uma das mais importantes na vida estudantil de uma pessoa, período para formar laços sociais e acrescentar conhecimentos únicos à vida das crianças. Assim, as dificuldades encontradas nesse período educacional podem marcar a vida estudantil das pessoas. O “Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil – Volume 1” nos mostra que:

A expansão da educação infantil no Brasil e no mundo tem ocorrido de forma crescente nas últimas décadas, acompanhando a intensificação da urbanização, a

participação da mulher no mercado de trabalho e as mudanças na organização e estrutura das famílias. Por outro lado, a sociedade está mais consciente da importância das experiências na primeira infância, o que motiva demandas por uma educação institucional para crianças de zero a seis anos. A conjunção desses fatores ensejou um movimento da sociedade civil e de órgãos governamentais para que o atendimento às crianças de zero a seis anos fosse reconhecido na Constituição Federal de 1988. A partir de então, a educação infantil em creches e pré-escolas passou a ser, ao menos do ponto de vista legal, um dever do Estado e um direito da criança (artigo 208, inciso IV). O Estatuto da Criança e do Adolescente, de 1990, destaca também o direito da criança a este atendimento. (BRASIL, 1998, p. 11)

A educação infantil é a fase educacional para as crianças entre 0 e 5 anos e 11 meses de idade (BRASIL, 1996). Ela compreende o atendimento das crianças nas creches (para crianças de 0 a 3 anos e 11 meses) e nas pré-escolas (para crianças de 4 anos a 5 anos e 11 meses). Tal período é extremamente importante para os primeiros aprendizados escolares, individuais e sociais, pois a criança aprenderá a conviver respeitosamente com outras de sua idade e terá conhecimentos científicos específicos para sua idade. As “Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil” (2010) definem tal etapa da educação formal como sendo:

Primeira etapa da educação básica, oferecida em creches e pré-escolas, às quais se caracterizam como espaços institucionais não domésticos que constituem estabelecimentos educacionais públicos ou privados que educam e cuidam de crianças de 0 a 5 anos de idade no período diurno, em jornada integral ou parcial, regulados e supervisionados por órgão competente do sistema de ensino e submetidos a controle social. É dever do Estado garantir a oferta de Educação Infantil pública, gratuita e de qualidade, sem requisito de seleção. (BRASIL, 2010, p. 12)

No Brasil, o entendimento de que as crianças até 5 anos e 11 meses são cidadãos de direito e devem ter oportunidades de acesso a uma educação de qualidade e com profissionais capacitados para trabalharem com essa fase infantil tomou força a partir da década de 1980, conforme a passagem abaixo:

A sociedade demorou a entender que infância é um período importante e as crianças são diferentes em determinadas idades. Para ter uma ideia, faz somente dez anos que o Ministério da Educação — com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases — reconheceu a educação infantil como parte da educação básica de qualquer brasileiro. Isso reflete no que é oferecido às famílias, pois, entre outras coisas, indica ser fundamental a especialização do educador. Significa que educação infantil tem de ir muito além da “tia”, das recreações, do Dia das Mães ou das canções de Natal. O seu filho precisa estar em um local com profissionais especializados que promovam rotinas baseadas em propostas pedagógicas muito bem fundamentadas. (ROGÉRIO; CALLEGARI, s/d)

Quanto à vulnerabilidade educacional, esse conceito deriva do conceito de vulnerabilidade social e se aplica diretamente às vulnerabilidades diretamente ligadas à

área da Educação escolar. Compreendemos a vulnerabilidade educacional como a evidenciação de ameaças na área da educação escolar, acreditando na capacidade interna individual, do grupo ou comunidade para desenvolverem ferramentas para a superação de tal vulnerabilidade.

Partindo das pesquisas do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, podemos verificar que onde há vulnerabilidade social e baixo desenvolvimento humano haverá uma baixa prosperidade social (BRASIL, 2015). Vejamos a passagem do IPEA:

De forma complementar ao que o IDHM retrata, o IVS dá destaque a um amplo conjunto de indicadores de situações que traduzem e refletem condições menos favoráveis de inserção social, refletindo a trajetória social das pessoas, de suas famílias e de seu meio social, seja em termos do capital humano, seja em termos de sua inserção no mundo do trabalho e da produção, ou em termos de suas condições de moradia e da infraestrutura urbana. A análise integrada do desenvolvimento humano com a vulnerabilidade social oferece o que se denomina aqui de *prosperidade social*. A prosperidade social é a ocorrência simultânea do alto desenvolvimento humano com a baixa vulnerabilidade social, sugerindo que, nas porções do território onde ela se verifica, ocorre uma trajetória de desenvolvimento humano menos vulnerável e socialmente mais próspera (BRASIL, 2015, p. 74)

Nesse sentido, a vulnerabilidade educacional em relação à educação infantil a que nos referimos nesse trabalho deixa-se notar na falta de vagas nas escolas de ensino infantil e nas péssimas condições físicas e profissionais em tais escolas.

De acordo com dados do **Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária – Cenpec**, em uma pesquisa publicada com o título de “Educação em territórios de alta vulnerabilidade social na metrópole”, há uma precariedade na oferta de vagas na educação infantil no Brasil, até mesmo na cidade mais rica do país (CENPEC, 2011). Ainda de acordo com o CENPEC, a menor cobertura de escolas de educação infantil está nas áreas com maior vulnerabilidade social na cidade de São Paulo.

As crianças da primeira infância que estão em creches e pré-escolas necessitam serem cuidadas e educadas, não somente cuidadas. Elas devem ter acesso a um ensino condizente com sua fase de desenvolvimento biológico e cognitivo. Sobre esse binômio cuidar e educar, Edilane Silva (2014) nos diz que:

[...] não é fácil discutir as questões que envolvem a concretização desse binômio, muito por conta de sua trajetória histórica que se constituía apenas de cuidado, e ainda por falta de entendimento de que atuar como profissional da Educação Infantil carece de conhecimento e capacitação, experimentações, saber utilizar de diversas linguagens, de que é uma faixa etária específica, que requer cuidado e educação de qualidade de forma interligada. (SILVA, 2014, p. 2)

Também, conforme os estudos da pesquisadora Márcia Teixeira Sebastiani (2009), as instituições escolares de educação infantil são aquelas que detêm os professores menos preparados e o atendimento às crianças das famílias mais pobres em creches e pré-escolas é de somente 28,9%. Nas famílias mais ricas, mais de 50% das crianças de 0 a 5 anos e 11 meses frequentam uma instituição de educação infantil.

Outra questão a ser pensada é a das especificidades regionais, étnicas, econômicas e sociais da infância. Além da necessidade de se ter um paradigma que dê um norte à educação infantil. Sônia Kramer (2006), uma das especialistas brasileiras em educação infantil, nos informa que:

Uma das grandes questões enfrentadas foi/é: como garantir um paradigma norteador do projeto de educação infantil do país, respeitando a diversidade? O Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (Brasil, 1998) não soube como equacionar tensão entre universalismo e regionalismos, além de ter desconsiderado a especificidade da infância. O tema das alternativas curriculares e políticas de formação que não desumanizem o homem, que não fragmentem o sujeito em objeto da sua prática continua em pauta. Como romper com um contexto que não leva em conta as trajetórias dos professores, as questões étnicas, a desigualdade socioeconômica? (KRAMER, 2006, p. 802)

A fragilização das situações a que estão expostas as crianças em situação de vulnerabilidade social já na primeira infância chama a atenção de vários especialistas. As próprias mães em situação de vulnerabilidade social diminuem as chances de seus filhos serem saudáveis e bem-sucedidos educacionalmente.

É sabido que o nível cultural (modelo patriarcal) e educacional (nível de escolaridade) das mulheres de uma família influencia diretamente na sobrevivência de uma criança. A precária compreensão das reais necessidades de um recém-nascido e a primitiva forma de comunicar-se da mulher tolhida de participação ativa na sociedade coloca esta criança em situação de alta vulnerabilidade. O risco e a vulnerabilidade tornam-se essência para o estudo da pobreza, apontando que além do problema de baixa renda e consumo, a insegurança tem lugar de destaque, pois o pouco que se tem não pode ser perdido. (MELLO; ANDRADE, 2006, p. 14)

A precarização das condições sociais das mães e pais mostram o começo do problema de uma distribuição muito desigual de renda em nosso país e se refletem dentro das escolas públicas das periferias e zonas rurais, incluindo-se as creches e pré-escolas.

Vemos que os programas sociais de combate à vulnerabilidade social, como o Programa Bolsa Família - PBF (criado em 2003), não conseguem alcançar em plenitude os seus objetivos, pois os recursos destinados a tais programas deveriam ser mais vultuosos. Fonseca et. al. nos informam que:

Um programa social só pode ser considerado capaz de reduzir a pobreza e a desigualdade se, em primeiro lugar, alcança a população que vive nessas condições. Quanto maior a proporção dos recursos do programa reservados à população vulnerável, maior será a focalização e, por conseguinte, maior o seu impacto (FONSECA et. al., 2013, p. 262)

Dizendo isso, não podemos desmerecer os avanços do PBF em relação a significativos avanços de diminuição da pobreza extrema e assiduidade escolar, como nos demonstra Fonseca (2013):

Indicadores demonstram que o PBF aumentou a frequência escolar ao inibir o trabalho infantil. Ao permanecerem na escola, em especial na rede pública de ensino, a criança e o adolescente terão oportunidades de participar das ações do PSE1, direcionadas ao enfrentamento das vulnerabilidades que afetam o seu desenvolvimento. (FONSECA et. al., 2013, p. 259)

Também, a falta de materiais adequados para se trabalhar com as crianças da educação infantil é um outro problema a ser enfrentado. Sendo esse, um claro problema de políticas públicas educacionais, pois não destina o suficiente para cumprir as necessidades escolares de tais crianças. Edilane Silva (2014) nos informa que:

[...] os recursos materiais são poucos, mas principalmente a falta de pessoal o que prejudica e muito o desenvolvimento e efetivação do cuidado pleno defendido pelos norteadores legais. Como afirma um dos profissionais tornando-se algo mecânico, automatizado. Sobrecarregando estes profissionais que acumulam funções, tornando-se um trabalho cansativo e sem qualidade para que propicie situações de aprendizagens significativas. A criança neste contexto se torna apenas mais uma criança, ou seja, um número, para que haja para o bom funcionamento da instituição. Diante disso, observamos que em algumas ações, teoria e prática se distanciam no cotidiano da instituição, por falta de instrumentos para consolidação de uma Educação Infantil de qualidade, respeitando os direitos das crianças dentro de suas capacidades específicas. (SILVA, 2014, p. 8)

Nesse sentido, somente com alguns dados sobre a vulnerabilidade educacional das crianças mais pobres no Brasil podemos verificar que há um problema claro de políticas públicas educacionais em relação à oferta e a qualidade física e profissional em relação às instituições de educação infantil, tanto creches, quanto pré-escolas.

Segundo Sônia Kramer (2006), ainda há muito por fazer em relação à oferta de vagas, aos profissionais que trabalham nesse nível escolar, às questões didáticas e metodológicas, e às questões políticas, dentre tantos pontos a melhorar ainda hoje. Tal professora nos diz que:

¹Programa Saúde na Escola.

Os maus-tratos que muitas crianças sofrem, a falta de alternativas saudáveis, a ausência de alegria e de bem-estar nas crianças e nos adultos refletem em mim – e se refratam de mim – como o tanto que há por fazer. Este tanto exige financiamento. Este tanto representa políticas educacionais e democratização de creches, pré-escolas e turmas de educação infantil em escolas, dependendo da opção de cada rede pública, escola privada ou ONG. Este tanto significa formação como escolaridade inicial no ensino médio e na universidade ou formação em serviço, como ainda gosto de chamar (continuada ou em exercício seriam os termos corretos), assumindo – nos dois casos – seu papel de formação científica e cultural. Este tanto se relaciona, ainda, com o muito que é preciso pesquisar, estudar, indagar, ver e escutar, propor, subsidiar com teorias, metodologias e práticas. Este tanto se refere ao muito de militância e defesa da pluralidade de alternativas para que a educação infantil – direito social de acordo com a Constituição e direito humano em inúmeras situações de extrema pobreza – seja uma parte, uma parcela, pequena, mas nem de longe insignificante, na luta tenaz, consistente contra a desigualdade e a injustiça social. Para muitos legisladores e pesquisadores da educação e das políticas sociais, está por ser provado o impacto da educação infantil no desempenho escolar. Eu, como fiz ao longo desses 36 anos, continuo defendendo que a educação infantil é direito. (KRAMER, 2006, p. 814)

Os resultados parciais dessa pesquisa nos levam a contatar que a falta de vagas na educação infantil é um problema de políticas públicas educacionais, acarretando vários prejuízos para crianças e pais envolvidos.

Nesse sentido, verificamos que há uma relação entre vulnerabilidade social e oferta de vagas na educação infantil pública, ocasionando vulnerabilidade educacional para as crianças que mais necessitam de educação pública de qualidade.

Há que se discutir, ainda, quais os caminhos a tomar para forçar os poderes públicos a investirem muito mais numa educação infantil de boa qualidade, com boas escolas e profissionais bem preparados.

As mais variadas vulnerabilidades ligadas à educação escolar, principalmente à educação infantil, fragilizam em muito a oferta de vagas em creches e pré-escolas, dificultam aprendizagens importantes para a vida dos nossos pequenos estudantes e repercutem em uma socialização a partir de uma idade mais avançada, quando essa deveria começar preferencialmente nas creches.

Considerações finais

Se entendemos, como o professor Wallace Rodrigues (2017), que a educação pode funcionar como um mecanismo de abertura de oportunidades sociais para os estudantes menos favorecidos sócio e financeiramente, vemos que a vulnerabilidade educacional que atinge as crianças em fase escolar infantil pode levar a mais desigualdade social do que já temos hoje. Além de aumentar o *gap* educacional entre ricos e pobres de nosso país.

Vemos, portanto, que é importante frequentar uma boa instituição de educação infantil, pois isso faz com que a criança adquira conhecimentos e contatos sociais importantes para seu prosseguimento nos estudos futuros. Assim sendo, as crianças que necessitam de uma instituição escolar infantil pública têm passado por vulnerabilidade educacional, tanto no acesso, quanto na permanência eficaz em tais instituições.

Se verificamos que as políticas públicas educacionais são aquilo que um governo escolhe ou não fazer na área educacional, verificamos, portanto, que há graves omissões na oferta de educação infantil pública de qualidade e no atendimento às necessidades das instituições educacionais de educação infantil já instaladas e em funcionamento.

Recomendamos maior investimento na educação infantil pública em todo o Brasil, tanto na oferta, quanto na melhoria da estrutura física das escolas já existentes e na capacitação de qualidade para os profissionais que atuam nessa fase educacional.

Referências

BRASIL. *Atlas da Vulnerabilidade Social nos Municípios Brasileiros*. COSTA, Marco Aurélio; MARGUTI, Bárbara Oliveira (editores). Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA. Brasília: IPEA, 2015.

BRASIL. *Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil*. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Secretaria de Educação Básica. – Brasília: MEC, SEB, 2010.

BRASIL. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB 9394, de 1996*. Ministério da Educação, com atualizações até 2017.

BRASIL. *Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil – Volume 1*. Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. — Brasília: MEC/SEF, 1998.

CENPEC. Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária. *Educação em territórios de alta vulnerabilidade social na metrópole*. Síntese das conclusões. São Paulo, p. 1-33, 2011.

FONSECA, Franciele Fagundes; SENA, Ramony Kris R.; SANTOS, Rocky Lane A. dos; DIAS, Orlene Veloso; COSTA, Simone de Melo. As vulnerabilidades na infância e adolescência e as políticas públicas brasileiras de intervenção. In: *Revista Paulista de Pediatria*, 31(2), pág. 258-264, 2013.

KRAMER, Sônia. As crianças de 0 a 6 anos nas políticas educacionais no Brasil: educação infantil e é fundamental. IN: *Educação e Sociedade*. Campinas, vol. 27, n. 96 - Especial, pág. 797-818, out. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v27n96/a09v2796>>. Acessado em 01/05/2018.

MELLO, Alex Simões de; ANDRADE, Marilda. A vulnerabilidade infantil como uma questão de gênero. V.2, n.2., pág. 14-15, 2006. Disponível em: <<http://www.uff.br/promocaodasaude/vulnerab%20.pdf>>. Acessado em: 24/04/2017.

OLIVEIRA, Adão Francisco de. Políticas Públicas Educacionais: conceito e contextualização numa perspectiva didática. *Fronteiras da educação: desigualdades, tecnologias e políticas*, p. 93-100, 2010.

RODRIGUES, Wallace. Lançando um olhar relacional para a vulnerabilidade educacional e a educação popular. *Revista Didática Sistemica*. FURG, v. 19, n. 1, pág. 17-28, 2017.

ROGERIO, Crisitane; CALLEGARI, Jeanne. A importância da educação infantil. IN: *Revista Crescer*. Online. Sem data. Disponível em: <<http://revistacrescer.globo.com/Revista/Crescer/0,,EMI1843-15068,00.html>>. Acesso em 31/03/2017.

SEBASTIANI, Márcia Teixeira. *Fundamentos teóricos e metodológicos da educação infantil*. Curitiba: IESDE Brasil, 2009.

SILVA, Edilane Oliveira da. Como se dá o educar e cuidar na educação infantil: dilemas e desafios. IN: *Anais do IX Simpósio Educação e Sociedade Contemporânea – Desafios e propostas – A Escola e seus Sentidos*. Universidade do Estado do Rio de Janeiro – CAP- UERJ, 4 a 6 de setembro de 2014, pág. 1-8.